



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Sessão Extraordinária

Ata Nº 01/2017

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas nove horas, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Conselho Geral da Universidade do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único:

- Situação da Escola Superior de Enfermagem.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, o Eng.º António Murta, os Professores Álvaro Sanromán, Ana Cunha, Ana Paula Marques, Francisco Veiga, Laurinda Leite, Licínio Lima, Luís Amaral, Manuel Pinto, Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Bruno Alcaide e Pedro Sanches. Justificaram a ausência, o Doutor Howard Davies, o Dr. José Alexandre Oliveira, o Doutor Manuel Carvalho da Silva, a Dr.ª Paula Moura Pinheiro, os Professores Lúcia Rodrigues, Jorge Pedrosa, Maria Clara Oliveira e a Estudante Ana Carolina Oliveira. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata **(anexo I)**.

Antes de dar início ao ponto único dos trabalhos, o Presidente colocou à consideração dos presentes a realização da próxima reunião do Plenário no dia 27 de março, às 10h00, e a da Comissão de Governação e Assuntos institucionais, no dia 13 de março, às 14h30m. As datas apresentadas foram aceites pelos presentes, tendo comunicado a não possibilidade de presença os Professores Laurinda Leite e Luís Amaral.

De seguida informou que, face aos documentos remetidos por vários docentes da Escola Superior de Enfermagem (ESE), e a pedido de quatro conselheiros, foi convocada esta reunião com o objetivo de ouvir o Reitor sobre a matéria e discutir no seio do Conselho as medidas a adotar com vista à resolução da situação.

O Reitor referiu a especificidade da ESE, dado o seu caráter politécnico e a sua recente integração na UMinho. Caracterizou o corpo docente, constituído por trinta e sete docentes, dos quais apenas oito são doutorados, e salientou a forte atratividade do curso, cujas médias de ingresso e de conclusão são bastante elevadas.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Aludiu de seguida às crescentes tensões internas e ao nível de conflitualidade existente, os quais apresentam contornos acima do que é normal e desejável. Por força dessas tensões, o ato eleitoral para o Conselho de Escola foi alvo de várias impugnações, razão pela qual está já um novo processo em curso.

No que respeita ao Conselho Técnico-Científico, face às demissões apresentadas, há necessidade de se proceder a um novo processo eleitoral. Informou ainda que, muito embora tenham havido vários avisos de greve, a adesão à mesma foi de zero por cento, pelo que o funcionamento letivo se tem mantido normal.

O Professor Licínio Lima agradeceu ao Presidente a convocação da reunião e afirmou que, face à situação factual de crise da qual o CGeral teve conhecimento, é obrigação do mesmo atuar de modo a repor o normal funcionamento da Escola. Entendeu que não há sinais institucionais em como a ESE conseguirá resolver internamente os problemas, e considerou extremamente grave o facto de os órgãos da mesma não estarem a funcionar plenamente.

Face à gravidade da situação e à não capacidade de resolução interna, considerou essencial a intervenção do CGeral com vista ao respeito pelo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e demais regulamentos. Assim, apresentou uma proposta de constituição de uma Comissão de Gestão, a qual, sob supervisão do Reitor, ficará responsável pela gestão corrente da Escola e pela condução dos processos eleitorais para os seus diferentes órgãos.

O Engenheiro António Murta mostrou-se muito preocupado com a situação, dado que as tensões ultrapassaram largamente aquilo que é razoável. O seu entendimento é o de que a Escola não tem capacidade para, ao nível interno, repor a normalidade do seu funcionamento.

Referiu que deverá ser encontrado um mediador que garanta, por instrumentos formais, o cumprimento da lei e dos regulamentos, e que desencadeie os processos eleitorais segundo o cumprimento das normas legais. Contudo, disse não ser também de excluir o recurso a mecanismos informais que permitam exercer uma boa influência junto dos vários interlocutores.

O Estudante Bruno Alcaide afirmou que existe um quadro de ingerência instalado na Escola e também ele considera não estarem reunidas as condições para uma resolução sem a intervenção de uma entidade externa.

Afirmou que os alunos estão muito apreensivos e chamou particular atenção para o facto de esta situação estar a comprometer a relação da ESE com a Administração Regional de Saúde do Norte, o que poderá pôr em causa os interesses dos estudantes no exercício da prática clínica.

Os Professores Ana Paula Marques e Manuel Pinto chamaram a atenção para o facto de a tensão interna já se verificar há vários anos e, face às inúmeras estruturas internas divergentes, a tendência ser para se agudizar.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Entenderam que a situação carece de medidas excecionais, a definir pelo CGeral, uma vez que há indícios claros de que a atual Direção não é capaz de, autonomamente, ultrapassar a crise instalada.

A Dr.^a Fernanda Ferreira corroborou as intervenções anteriores e afirmou que o CGeral tem toda a legitimidade para ter uma intervenção corretiva. Alertou para o facto de terem sido utilizados critérios diferentes na homologação dos atos eleitorais para o Conselho da Escola e para a Presidência, o que em muito contribuiu para o aumento da conflitualidade. Referiu ainda que a situação está a ter repercussões muito graves ao nível dos alunos, pelo que é urgente uma intervenção que permita introduzir a normalidade no funcionamento da Escola. Afirmou que no seu entender a solução terá de passar pela realização de novos atos eleitorais, designadamente para o Conselho de Escola, com uma definição clara do colégio eleitoral.

Na sequência das várias intervenções, o Reitor informou o Conselho das diligências em curso encetadas pela Reitoria, no sentido de obter uma solução o mais breve possível que permita a reposição da normalidade do funcionamento dos órgãos internos à ESE. Colocou à consideração dos presentes a não intervenção do Conselho nesta fase, de modo a não comprometer os resultados obtidos até ao momento, por ele considerados como muito positivos.

Face às informações transmitidas pelo Reitor, e ouvidas as diferentes opiniões, o Conselho Geral deliberou não efetuar nenhuma intervenção imediata e acompanhar as diligências já iniciadas, devendo o Reitor manter informado o Conselho do evoluir da situação. O Conselho deliberou ainda proceder análise dos resultados obtidos na próxima reunião ordinária do órgão, a realizar no 27 de março próximo, data na qual adotará as medidas entendidas como mais adequadas com vista a repor o normal funcionamento da Escola Superior de Enfermagem.

O Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos pelas 12h30 horas, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração do secretariado do Conselho Geral que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.

O Presidente,

A Secretária,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião nº 01/2017 – Reunião Plenária

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

22/02/2017

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Álvaro Laborinho Lúcio	
Ana Carolina Ribeiro Oliveira	
Ana Cristina Gomes Cunha	
Ana Paula Pereira Marques	
António Murta	
Bruno Jorge Travassos Alcaide	
Francisco José Alves Coelho Veiga	
Howard Davies	
Jorge Manuel Rolo Pedrosa	
José Alexandre Gonçalves de Oliveira	
Laurinda Sousa Ferreira Leite	
Licínio Carlos Viana da Silva Lima	
Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel Joaquim da Silva Pinto	
Maria Clara Faria Costa Oliveira	
Maria Fernanda Teixeira Ferreira	
Paula Moura Pinheiro	
Pedro Alexandre Pereira Sanches	
Rui António Rodrigues Ramos	